

A educação e a preservação da ordem: a idealização do modelo de cidadão do Brasil pós-30

FRANCISCO ADEGILDO FÉRRER¹

Há, no Brasil, determinadas épocas de profundas ressonâncias na história do país. Convertidos em pontos de convergência de idéias e aspirações de antagonismos políticos, econômicos e sociais, estes momentos têm sido decisivos na vida do povo brasileiro, tornando-se marcos de sua trajetória histórica. Os fatos passam a ser contados, antes e depois deles. Tal é o ano de 1930.

O fenômeno educacional, como um dos componentes do complexo social, participou da problemática da época, como um dos instrumentos de importância capital nessa busca desse caminho.

Os debates que procederam e se seguiram à Revolução de 30, na área da educação, atestam o vigor e o grau de participação das idéias pedagógicas no cenário nacional.

Nesse quadro, a preparação do homem para uma nova existência, passa a se constituir, não só uma necessidade social, como também uma preocupação da intelectualidade nacional.

A educação escolar que servia à estrutura social, até então, já não satisfazia às necessidades do novo tempo que se delineava.

Essas circunstâncias tornaram propícias as agitações de idéias, naquele momento, em torno da educação: sua filosofia, sua política, seus métodos tornaram-se temas de debates, nos setores político, econômico e educacional.

O momento histórico favorece o recrudescimento do movimento nacionalista², movimento ideológico surgido na década

¹ Professor Doutor da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Jorge Nagle faz um pequeno resumo sobre a origem e desenvolvimento das idéias nacionalistas no Brasil. In: *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Editora USP, 1974, p. 45-56.

anterior e que resultou das tensões deste período de transformação, trazendo, por isto mesmo, as características do tempo – o comprometimento com as duas ordens de posição da política brasileira de então: a renovação das estruturas e, em contraste, o conservadorismo.

As idéias nacionalistas repercutem na época em todos os setores da sociedade: o econômico, o político, o social, o artístico e o educacional. No setor econômico-político elas parecem como manifestação que defendem um desenvolvimento interno, contrariando, assim, os propósitos expansionistas dos países mais desenvolvidos e que buscam novos mercados e novas formas neocoloniais, de dominação. A esse respeito, é interessante notar que o nacionalismo liberal não se manifesta contrário a essa política de domínio nos países subdesenvolvidos.

Apesar das dificuldades de toda ordem que o país enfrentou, após os momentos de grandes agitações internas e depressão econômica, vê-se a prevalência na política econômica brasileira, no período pós-30, da idéia de uma linha de desenvolvimento de características mais internas, que apresenta como resultado o crescimento da produção de bens de consumo interno, tanto agrícola como industrial, acentuando-se, deste modo, o processo de nacionalização da economia do país.

Essas transformações, em andamento na estrutura econômico-política do País, desde a década anterior e início dos anos 30, evidenciam-se, também, no contexto político e sociocultural de São Paulo, considerado, já àquela época, o maior pólo urbano-industrial do país.

A mentalidade de renovação, de contestação do modelo europeu, de rebeldia, de independência cultural, marcam as realizações dos setores das artes, das letras e da educação, no período.

A título de ilustração, a Semana da Arte Moderna, realizada em São Paulo, em 1922, no campo das artes plásticas, através de exposições de vanguarda, fora o grande indício desses ideais de autonomia e de conscientização crítica da realidade nacional.

Ao final dos anos 30, e em toda a década de 30, o “Movimento Modernista” recrudescer a politização do seu contexto, refletindo, deste modo, a efervescência política do momento do cenário nacional.

O processo de renovação educacional, iniciado nos últimos anos da década de 20, tem por foco de idéias e pregação nacionalista e se caracteriza, marcadamente, pelo "entusiasmo pela educação"³. O movimento de renovação educacional é marcado, assim, em sua primeira fase, pela crença de que a multiplicação de instituições escolares possibilitaria a incorporação de amplas camadas da população ao processo de desenvolvimento nacional.

As obras didáticas e as produções das revistas pedagógicas da época, concedem acentuada importância à escolarização, especialmente, a de nível primário, tida como solucionadora dos problemas nacionais.

A fase, que dá seqüência a esta, teve como fonte de idéias o nacionalismo e seu início foi assinalado pelo aparecimento dos educadores que se preocupavam com a qualidade do ensino, opondo-se a uma simples difusão quantitativa de uma instrução de baixa qualidade. As figuras mais representativas desse movimento, em nível nacional, foram: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e, no caso paulista, pelos inúmeros trabalhos publicados na imprensa periódica, destacam-se: Sud Mennucci, Noemy Silveira, Onofre Penteado Júnior, J. Feliciano de Oliveira, J. Ribeiro Escobar e João Toledo, dentre outros.

Essa fase do movimento teve, por característica básica, a preocupação com o aspecto qualitativo da escolarização, tido como elemento impulsionador do progresso, por meio do preparo adequado do número de pessoas que o sistema pudesse atender dentro de padrões aceitáveis.

Nessa segunda fase, o esforço maior é no sentido de se introduzir o ideário escolanovista na práxis educacional, já que não importava mais a simples expansão da oferta de educação, mas sim, o eficiente funcionamento das instituições escolares, dentro de uma educação de melhor qualidade.

³ O fenômeno caracterizado como "entusiasmo pela educação" decorreu da exaltação nacionalista, surgida no Brasil, por ocasião da Primeira Guerra Mundial, e da situação de vexame em que os brasileiros ficaram, ao ser publicada, na época, uma estatística sobre analfabetismo no mundo na qual o Brasil aparece como líder, comprometendo desse modo o orgulho nacional.

No amplo debate sobre educação, desenvolvido no período, é relevante o papel desempenhado pela Associação Brasileira de Educação que, congregando a ala mais renovadora dos intelectuais e educacionais da época, muito contribuiu para promover uma eficaz divulgação do pensamento pedagógico, principalmente o norte-americano, proporcionando uma melhor compreensão de questões educacionais através de seu constante debate, em conferências, congressos e publicações.

O descompasso entre os objetivos do setor educacional e as novas necessidades de educação, criadas, principalmente no seio da população urbana emergente, constituiu-se um dos temas de discussões freqüentes, tanto por parte da Associação Brasileira de Educação, como em outras agremiações pela veiculação de matérias em órgãos da "imprensa do ensino" como, por exemplo, a *Revista Educação*, criada em São Paulo, desde outubro de 1927.

Embora os problemas educacionais fossem os mesmos, as soluções apontadas nessas discussões revelam posições ideológicas profundamente antagônicas.

Esses posicionamentos podem ser observados, por exemplo, na existência de pólos opostos ora nas posições de alinhamento, ora pelos protestos levantados quando da discussão acerca da inclusão do ensino da moral e do civismo no currículo das escolas da rede pública.

O debate acerca desta questão tem como ponto de partida, na década anterior, o plenário da Primeira Conferência de Educação, promovida pela ABE, em Curitiba, em 1927.

Com efeito, dentre os temas postos à discussão naquele Congresso de Educação, figurava a tese: "A Unidade Nacional (pela cultura literária, pela cultura cívica e pela cultura moral)". O problema da "Unidade Nacional", embora discutido exaustivamente naquele encontro, segundo, "foi abordado abstratamente, pelo ângulo da Educação Moral".⁴

⁴ Para melhor compreensão dos assuntos relativos à questão moral, discutidos na I Conferência Nacional de Educação, ver: Suzana da Costa Ferreira. *A I Conferência Nacional de Educação* (contribuição para o estudo das origens da Escola Nova no Brasil). Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação da UFSCAR, São Paulo, 1988, p. 109.

Em novembro de 1930, este debate é retomado pelo próprio Governo, quando Getúlio Vargas assume o Governo Provisório e propõe a criação do Ministério da Instrução e Saúde Pública, cujas tarefas seriam o saneamento moral e cívico do país, através de uma “campanha sistemática de defesa social e educação sanitária”⁵.

Portanto, é a partir daquele momento que, movem-se, no período 1930-1942, no Brasil, as diferentes forças da sociedade civil e do Estado.

Inicialmente, é a hierarquia da Igreja Católica que luta “pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, enquanto garantia da existência de suas escolas e, de uma forma mais ampla, pressiona pelo atendimento de suas reivindicações por parte do Estado”, enquanto os militares “buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no sentido de conformá-la à política militar do país”.

Noutra vertente, os educadores e/ou intelectuais, ligados à burocracia pública, “se esforçam por conduzir o sistema educacional brasileiro por novos caminhos, visando modernizá-lo e adequá-lo às exigências do desenvolvimento do capitalismo”.

E, finalmente, o próprio Estado que “aproveita ao máximo as divergências existentes. Reconciliando-as e arbitrando os conflitos, para atender aos diferentes grupos das classes dominantes, mas que, em última análise, procura colocar o sistema educacional a serviço de uma política autoritária”.

Esta é a questão que circunscreve e baliza a presente pesquisa e o periódico, no caso a *Revista Educação*, em torno do qual, centraremos a nossa investigação.

Nas falas, publicações ou conclamações de governantes, autoridades militares e eclesiásticas, no período pós-30, há uma multiplicidade de configurações da produção de um saber pedagógico. A educação aparece sempre como um dos instrumentos apropriados para assegurar a “valorização do homem” e melhorar a condição de vida dos brasileiros, sob o ponto de vista moral, in-

⁵ VARGAS, Getúlio. Nova organização administrativa do país. (Discurso de posse na chefia do governo provisório). In: VARGAS. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. I, p.72.

telectual e econômico. E, *pari passu* ao problema da educação, aquelas falas colocam, inteiramente ligadas a ele, o problema da saúde.

A solução imediata para se alcançar tais objetivos, dadas as condições do país, estava a exigir, segundo os governantes da época, como medida imediata e fundamental, a execução de amplo programa de saneamento moral, desenvolvido tanto em nível federal como nos estados. Assim, educação e saneamento se constituem os dois problemas nacionais que ocupam um lugar importante nos discursos oficiais.

No discurso, pronunciado por Getúlio Vargas no banquete que lhe foi oferecido pelas "Classes Armadas", em janeiro de 1931, os temas Educação e Saneamento aparecem juntos no "Programa da Revolução", como instrumentos "para restituir ao elemento homem a saúde do corpo e consciência de sua valia" e para assegurar a transformação do capital humano... aperfeiçoando-o para produzir mais e melhor".⁶

Com os olhos fixos na afirmação de Vargas de que a revolução havia sido feita para "sanear o ambiente moral da pátria", a Igreja Católica, à época, tenta identificar essa formação moral com a educação religiosa, tendo como argumento ser o Brasil um país de maioria católica, engajando-se, a partir daí, numa luta contra o ensino leigo, reivindicando a reintrodução do ensino religioso nas escolas oficiais como um direito que caberia à maioria da população brasileira. Deste modo, a ênfase da educação moral do cidadão traduzir-se-ia, inicialmente, pela introdução do ensino religioso nas escolas, em atendimento à reivindicação da elite católica.

A introdução de novos elementos no núcleo de idéias educacionais, juntamente com o debate que se realizava desde os anos 20, sobre outros problemas da educação, favorece o surgimento das revistas especializadas em educação, fenômeno esse, aliás, que estava a ocorrer, desde o final do século XIX.

Dentre esses periódicos educacionais, criados por iniciativas de professores interessados em fazer circular informações so-

⁶ VARGAS, Getúlio. A revolução, as suas origens e o seu programa. In: *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. I, p. 81. citado por Horta, José Silvério BAIA. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994, p. 5.

bre o trabalho pedagógico e sobre novos modos de se conceber o processo educativo, destaca-se a criação, em São Paulo da *Revista Educação*, em 1927.

Com relação à presença da “imprensa de ensino”, no estado de São Paulo, preliminarmente, o que se pode constatar é que o seu sistema de instrução ganhou coloridos peculiares com o processo de produção e circulação de saberes, ditos pedagógicos, em diferentes momentos da sua história, principalmente, no período pós-30.

Isto pode ser observado, facilmente, considerando-se o grande número de produções veiculadas da cidade de São Paulo pela *Revista Educação* e pelo empenho e atuação da Diretoria Geral de Instrução, responsável pela sua publicação.

No âmbito da Educação, o núcleo a partir do qual se processa a discussão acerca da moral e do civismo, é o das seções intituladas “Através dos Livros” e “Através das Revistas e Jornais”.

Assim, a esse respeito, pode-se constatar que aquele periódico, ao adentrar a década de 30, faz aparecer na maior parte de seus volumes, com certa regularidade, referências à concepção da educação como “problema nacional”, outras estabelecendo uma ligação entre “educação e saúde” e as que centrara sua ênfase na “educação moral”. É o que se constata examinando-se os textos divulgados por esta Revista. Em suas páginas, observa-se, ainda, que os assuntos relativos à questão moral, são debatidos de diversas maneiras. Uma corrente defendia a moral dentro dos princípios católicos, outra, moral leiga, respaldada na Constituição do Estado e, finalmente, a corrente que trazia em tese, resquícios de idéias e propostas de origem positivista.

Com efeito, há nos volumes I e II, referente a outubro de 1931, na seção “Através das Revistas e Jornais”, a metéria “Aos Moços Brasileiros” (transcrita do *Diário da Bahia*), em que Belisário Penna diz sentir um “profundo pesar” em fase da “frouxidão e dismantelo do ensino no Brasil”, numa conclamação, dirigida, provavelmente a dirigentes e professores da rede pública do estado de São Paulo. Segundo nos parece, aquele articulista objetivava, com a sua fala, que os mesmos se esforçassem em conduzir “o sistema educacional por caminhos novos, visando modernizá-lo e adequá-lo às exigências do novo modelo de desenvolvimento”.

Na parte da locução, dirigida aos jovens, Penna (1931) empresta à sua fala um tom, de certa forma, veemente e enfático, quando os convida a “reagir resolutamente contra essa apavorante situação moral de fobia à instrução”, adquirida a consciência de que o “diploma acadêmico conquistado sem trabalho não age em relação à inteligência com o poder dos corpos catalíticos” (1931: p. 37); dizendo, ainda, esperar que todos buscassem meditar naquelas “palavras de um velho lutador pelo saneamento físico e moral desta grande terra”, na certeza de que, finalmente suas “palavras hão de calar no vosso espírito e despertar a vossa consciência perturbada pela desordem mental que, desde a grande guerra, avassalou a humanidade”⁷.

O mesmo tema, agora, tratado sob outro ângulo, encontra-se, em maior ou menor grau, presente no discurso pedagógico de um outro grupo de educadores. Estes, enfatizam, sistematicamente, em suas falas, uma certa relação entre sistema educativo e “regeneração social”. Apontam nessa direção, os escritos: “Como Educar o Brasileiro?” (v. 6, n. 6, 7 e 8, jan/fev/mar.1939) da educadora Flora Nobre e o de Messias do Carmo, intitulado “Cruzada Nacional de Educação” (v. 7, n. 9 e 10, p. 184-185, abril e maio de 1932), ambos publicados na *Revista Educação*.

Pelo que percebemos nas leituras dos textos, ainda não se tratava da utilização da escola para desenvolver na juventude o sentido patriótico, pois, para eles, o melhor cidadão é o que pode ser mais útil ao seu semelhante e não o que é capaz de exibir “mais cabedais de cultura”, posto que a educação deveria formar o cidadão não pela simples “transmissão de cultura”, mas pela capacitação para o trabalho. A difusão e a melhoria das escolas eram, insistentemente, por eles reivindicada. A rearticulação dos quadros da estrutura social se fazia necessária. Era imprescindível que se fizesse algo para se reverter o quadro de “condições lastimáveis” em que se encontrava o povo brasileiro.

Essas aspirações, no entanto, norteavam-se por modelos idealizados na figura do professor, exemplo moralizador, através da

⁷ PENNA, Belisário. Aos moços brasileiros. *Revista Educação*. São Paulo, V. 4, 1931, p. 136-138.

qual seriam garantidas a ordem e a disciplina necessárias à superação da crise econômico-social e, portanto, cultural do país. Assim, estaria conjurado o perigo nacional. Daí, todo o povo deveria receber instrução básica e de boa qualidade, cada um, em particular, se especializando ulteriormente como lhe fosse possível, vez que o engrandecimento e o progresso de uma nação estavam na razão direta de sua situação econômica.

Estes autores guardam uma certa unanimidade, ao afirmarem que o Brasil, pelas potencialidades e riquezas de que era possuidor, estava destinado à conquista "das mais puras glórias". Mas, essa posição de destaque do país somente seria alcançada através do aprimoramento do seu povo e da valorização da sua capacidade de trabalho.

Esse "entusiasmo patriótico", também é mostrado noutras publicações, que tentam enfocá-lo, sob o ângulo de que se deve colocar o "homem devido, no lugar devido", garantindo-se uma ocupação adequada às suas aptidões físicas e intelectuais, ponto de vista, aliás, corroborado por Barreto, no artigo: "Escola para o trabalho", veiculado na *Revista Educação*, em junho de 1932.

A discussão desse tema, pelo que se pode constatar, foi objeto de comentários e análises, em quase todos os números da Revista, principalmente, no período 1931-1934.

Pela posição de destaque de seus artigos, geralmente publicados na seção principal da Revista e, tomando-se a produção em seu conjunto, observa-se que J. Ribeiro Escobar firma-se, no mencionado período, como um dos seus principais colaboradores, na divulgação de ensaios didáticos sobre o ensino de diferentes disciplinas escolares, inclusive o "Ensino da Didática" (1934, p.136-156), e questões como, no caso da organização do "Ensino da matemática".

São, ainda, de autoria de Escobar, os artigos: "Programa do curso primário" (1932, p. 66-102), "O Ensino da Didática" (1932, p. 136-156) e o "Ensino da matemática" (1934, p. 107-145).

Nessa mesma linha, há, ainda, publicados na *Revista Educação*, uma série de trabalhos de metodologias específicas, como "A Metodologia da Educação Cívica" (1934, p. 281-285), "O Ensino do Desenho" (1932, p. 96-216), "Estudos de Português" (1933, p. 85-87)

e "O Ensino da Puericultura" (1933, p. 117) que, tal como propõe André Chervel (1989), comporiam "esse esquema largamente aceito por pedagogos e os historiadores" e que "não deixam nenhum espaço à existência autônoma das disciplinas", não passando essas produções de "combinações de saberes e de métodos pedagógicos".⁸ Assim, as produções acerca do gênero, divulgadas pela Educação, na concepção do pensamento cherveliano, reduzem-se, nessa hipótese, às "metodologias".

Por último, cabe ainda observar, que, durante toda a década, veiculados pela *Educação*, há um número considerável de trabalhos em que a questão da formação cívica e moral é tratada sob diferentes formas: como "educação e saúde física e mental" "higienização do corpo e da mente", "eugenia" (pureza racial), relacionada à "ginástica" "disciplina corporal", à "saúde moral", e à "democracia liberal". À época, a Diretoria de Ensino, responsável exclusiva pela publicação da *Educação*, contava, inclusive, com um setor especializado, denominado "Serviços de Assistência Técnica", seção à qual cabia a orientação do ensino de higiene, educação moral e cívica.

A segunda década deste século caracterizou-se como um período de fértil desenvolvimento e estruturação de idéias nacionalistas no Brasil, as quais deram origem a diferentes movimentos no decorrer da década seguinte. O aparecimento das idéias nacionalistas, de forma mais sistemática e com força influenciadora, deu-se no campo da educação escolar, coincidindo com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo de moral e civismo, ou melhor, de acentuado teor patriótico.⁹

Nagle (1976), nos adverte para o fato de que, embora se tratassem de obras que "pretendiam fornecer à criança e ao adolescente uma imagem do País, adquirida por via sentimental" (1976, p. 44).

⁸ Para um maior aprofundamento acerca da questão, ver: CHERVEL, André. A História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa". In: *Teoria e Educação*, Porto Alegre, 1990, p. 171-229.

⁹ Obras que representam bem a maneira como se apresentava a fórmula para o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos, publicados na época: A Pátria Brasileira, de autoria de Coelho Neto e Olavo Bilac, Contos Pátrios, dos mesmos autores, Através do Brasil, de autoria do Olavo Bilac e M. Bonfim. Nota n. 2, in Nagle (1976, p. 311).

Essa doutrinação, iniciada no campo da educação escolar, repercutiu a tal ponto que, na reforma Rocha Vaz, promulgada por Artur Bernardes, em janeiro de 1925, se incluía a instrução moral e cívica no programa do exame de admissão ao curso secundário, o que implicava a sua presença no currículo do curso primário.¹⁰

A época, a introdução da instrução moral e cívica nos currículos escolares foi justificada como um meio para se alcançar “a eficiência e a moralização do ensino... face aos graves danos causados à nação pelo descaso com que era tratada a educação moral e cívica da mocidade”.¹¹

A questão sociocultural e política brasileira, no final dos idos de 20 se manifestava, assim, “nas aspirações salvacionistas” que, em grande parte, passavam nos escritos de periódicos da época, por abordagens camufladas sob a forma de educação moral, escolarização, saúde, higiene e outras, cuja base comum se assentava sobre uma idealizada nacionalidade sem radicais alterações no regime republicano.

No final da década de 20 e início dos anos 30, o debate destas questões deslocou-se quase completamente, para o ensino religioso, sob a argumentação de que, mesmo admitindo-se a necessidade da educação moral, se deveria dar atenção à educação religiosa, da qual a primeira é um subproduto. Na Exposição de Motivos da Reforma do Ensino, de abril de 1931, Francisco Campos, ministro da Educação e Saúde Pública, manifesta-se contrário à criação de uma cadeira de educação moral e cívica no currículo das escolas, especificamente, no curso secundário, sob a argumentação de que:

se, portanto, é dever da escola formar cidadãos ou educar para a democracia, ela só o fará não por meio de pregações, sermões, conferências ou lições, mas organizando-se democraticamente e praticando, de modo efetivo e prático, a democracia”.¹²

¹⁰ A reforma em questão foi implantada através do Decreto n.º 16.782, de 13 de janeiro de 1925.

¹¹ BERNARDES, Artur. Mensagem – 1925. In: *Brasil: Presidente, 1923-1926* (A. Bernardes), *Mensagens presidenciais*. Presidência Artur Bernardes, 1923-1926, Brasília, Câmara dos Deputados, 1978, p. 33 (Documentos parlamentares, 83), citado in: HORTA, José Silvério Baia. op. cit. p. 190.

¹² CAMPOS, Francisco. Reforma do ensino secundário. In: *Educação e Cultura*, citado in: HORTA, José Silvério Baia. op. cit. p. 142.

E a justificativa apresentada pelo ministro seria, como não poderia deixar de ser, de caráter pedagógico, baseada em argumentos tirados da pedagogia da escola ativa, bastante em voga naquele momento.

Entendemos, por outro lado, que a real motivação da não inclusão da educação moral e cívica como disciplina na Reforma de 1931, não se baseava em argumentos tirados da pedagogia da escola nova, mas na forma como a matéria vinha sendo ensinada, que não se coadunava nem se enquadrava no projeto político de Vargas.

Prevaleceu a proposta de Francisco Campos e o ensino da educação moral e cívica manteve-se ausente do currículo da escola secundária em todo o período que antecedeu à proclamação do Estado Novo, embora continuasse presente no das escolas primárias em várias unidades da Federação, onde, ainda, vigoravam as reformas anteriores a 1930. Em São Paulo, por exemplo, o programa adotado em 1935, para as escolas primárias, era o mesmo que estava em vigor antes de 1930. Nesse programa, a educação moral e cívica aparece em todas as séries do curso primário.¹³

Com o golpe de Estado de 1937, Vargas proclama o Estado Novo e outorga uma nova Constituição, instituindo, no Brasil, um regime autoritário e unitário, prometendo atender “às legítimas aspirações do povo brasileiro, à paz política e social profundamente conturbada por conhecidos fatores de desordem”.

Quanto à formação cívica dos cidadãos, a Carta de 1937 continha uma série de inovações: abolia símbolos outros que não os nacionais, numa clara reação à escola estrangeira “à “estrangeirização” do ensino, principalmente o primário, que vinha ocorrendo nas escolas mantidas por entidades de imigrantes no Sul do País; tornou de uso obrigatório em todo o país, a bandeira, o hino, o escudo e as armas nacionais (Art. 2º). Nela, proclama-se, ainda, que os interesses da coletividade são mais importantes do que os do indivíduo e determina-se a obrigatoriedade do ensino da Educação Moral e Cívica. O Art. 131, ao determinar que:

¹³ Fonte: São Paulo, Diretoria de Ensino. Programa de ensino para as escolas primárias. Imprensa Oficial do Estado, 1936.

A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que se satisfaça aquela exigência.¹⁴

insere, finalmente, o ensino cívico no currículo das escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do país, erigindo-o à categoria de disciplina.

Ao conferir tamanha importância à educação física e ao ensino cívico, através da organização e, até incentivos a instituições civis, para a juventude, em períodos de trabalho anual nos campos e nas oficinas, como forma de “promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento de seus deveres para com a economia e a defesa da nação” (Art. 132 da Constituição de 1937), em detrimento de uma educação humanista e de cunho liberal, os responsáveis pela política de educação no Estado Novo, objetivavam educar a mocidade dentro dos preceitos básicos estabelecidos pelo novo regime. Onde se conclui que essa foi a fórmula encontrada e que permitia a ocupação do corpo com a atividade física, das mãos com o ensino profissional, ao mesmo tempo em que incutiam em suas mentes um ideário de amor à Pátria, dedicação ao trabalho e respeito à autoridade, pelo ensino cívico.

Sobre esse aspecto, é oportuno lembrar que a Constituição de 1937, ao permitir a inclusão no programa de política escolar do ensino pré-vocacional e profissional, rompendo com as tradições intelectuais e acadêmicas do ensino no País e eregiu à categoria de primeiro dever do Estado, o ensino técnico e profissional.

É evidente que, para que fossem alcançados tais objetivos, seria necessário se imprimir um certo destaque ao ensino cívico e à educação física, ambos tornados de caráter obrigatório pelo preceito constitucional.

Essa obrigatoriedade assinalava a vitória definitiva de uma política escolar com caráter nacional, nos seus princípios e nas

¹⁴ Texto da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Constituições do Brasil. Coleção LEX – n. 34, V. L. p. 553. Editora Aurora: Rio de Janeiro, s/d.

suas diretrizes fundamentais nos fazendo parecer que outros consideram que a medida fazia parte do “renascimento do espírito nacionalista” da década anterior. A *Revista Educação*, à época, dedica ao assunto vários artigos, enfocando-o, sob prismas diferentes, na seção destinada à reprodução de matérias de “Revistas e Jornais”, exatamente a seção em que seus produtores transcreviam matérias sobre o assunto, para seus leitores.

Nessa seção aparece, como já dissemos, a partir de 1934, uma série de publicações onde se tenta direcionar, segundo nos pareceu, a atenção de seus leitores para aquilo que, no momento, interessava mais ao poder.

A pretexto de se desenvolver na criança a idéia de responsabilidade, como “aspecto ou parte de um todo da mais alta importância que é a formação ou a educação do caráter”, vão desfilando por aquela seção, ocupando, em alguns números da Revista, mais de dez páginas, matérias, como as intituladas: “A formação da personalidade” (v. 13 e 14, p. 243-245, mar/jun.1936; “Como combater a mentira da criança” (v. 19 e 20, p. 161-170, set/dez. 1937), esta última extraída do Boletim da União Pan-americana (Washington) e o artigo “Como desenvolver na criança a idéia de responsabilidade” (v. 21 e 22, p. 248-252, mar/jun.1938), transcrito da *Revista Infância e Juventude*.

Observa-se, também, na produção divulgada pela Revista, no período de uma grande concentração de temas ligados ao ensino da história, aqui, entendida como componente da formação nacional. Dentro dessas perspectivas, estão os artigos: “O enigma dos destinos nacionais” (vol. 13 e 14, p. 241-243, mar/jun.1936, “Novos Rumos” (vol. 27, p. 216-218, set/dez.1939), “Quem descobriu a América” (vol. 30, p. 177-79, julho a dezembro de 1942), ao lado de uma outra série em que se concebe uma história “a serviço da moralização do povo e que deveria inculcar determinados valores para a preservação da ordem, da obediência à hierarquia, etc.” Eram textos repletos de lições de patriotismo como “festa cívica”, o “civismo e a saúde da nossa raça”, ou textos, como o que transcrevemos, abaixo, de autoria de Olavo Bilac:

Negar a pátria é negar toda a vida social e moral. A pátria é um elo, que se liga, intermediariamente, com estes dois outros elos:

a família e a humanidade. Negar um dos anéis, é negar os outros. Quem não concebe a idéia de pátria, não concebe a idéia de lar, nem a da solidariedade humana. Sem pátria e, portanto, sem família e sem sociedade, o homem anula-se.

Há, ainda, publicações no período mencionado de uma série de notícias sobre o movimento escoteiro no Brasil, o que nos permite inferir está, também, aquele movimento incluído no projeto de reforma geral dos métodos de educação da época e que, pelo processo de nacionalização do movimento, haveria a possibilidade de se transmitir aos jovens a nossa história, as nossas tradições, a nossa natureza, os nossos cantos e costumes.

Para se ter a medida da frequência com que foram veiculadas essas questões, no período, acrescentem-se, ainda, as publicações, por exemplo, de textos como: “Deus e César” extraído do jornal *Correio da Manhã*, e a “Bandeira Nacional” e “Nossa Bandeira”, ambos publicados no volume VII, de setembro de 1934, transcritos do livro *Histórias da Nossa Terra*.

Há notícias, ainda, sobre uma manifestação cívica, intitulada “Dia da Bandeira” (v. 8, p. 280-281, dezembro de 1934), em que se faz um relato detalhado e, com um certo ar de pompa, das comemorações ocorridas na capital paulista, no Dia da Bandeira, descritas como “uma alta manifestação de civismo e demonstração de patriotismo” da gente paulistana, tudo de acordo com *modus operandi* como deveriam ser organizadas as festas escolares, descritas no Comunicado n. 21, da Diretoria do Ensino, publicado pela *Educação* (v. 6, p. 263-285, junho de 1934).

Com efeito, naquele “Comunicado”, a Diretoria do Ensino, no Estado de São Paulo, “lembrava a todas as autoridades escolares que”:

as datas nacionais oferecem ótima oportunidade para as lições e prática de civismo, do culto à pátria, aos escolares que, comemorando-as solenemente, entre hinos, cantos e poesias, não mais esquecerão os grandes vultos e os feitos notáveis da vida da nação (p. 172).

Com relação à circulação “desses saberes”, na *Revista Educação*, é importante ressaltar que no período de 1934/1942, publi-

cou-se a seção "Através de Revistas" que, apesar do título restritivo, incluía também algumas transcrições de jornais. Dentre as principais revistas de que se retiram matérias, estão *A Ordem*, a *Revista Brasileira de Pedagogia*, aparecendo também a *Infância e Juventude* e outras.

Lançando-se um olhar sobre as produções divulgadas na *Educação*, na época, chega-se à conclusão de que o que diferencia o "saber pedagógico", constituído nos textos do período 1936-1942 da Revista, parece ser a característica geral de um certo uso dedutivo de afirmações acerca do papel previsto para a educação moral e cívica no projeto político autoritário de Vargas e as evidências que de pretendem, daí geradas, e a sua transformação em regras de comportamento e procedimentos de ensino.

Em 1938, sob a intervenção de Ademar de Barros, no estado de São Paulo, a Diretoria do Ensino é transformada em Departamento de Educação, subordinada à Secretaria Geral da Instrução e Saúde Pública do Estado.

A partir dessa reforma, a *Revista Educação* passa a divulgar uma grande quantidade de documentos, notícias e circulares, relacionadas à administração pública, abandonando, temporariamente, seu projeto original de orientação e discussão para o professorado sofrendo, ainda, a interrupção de algumas de suas edições e ressurgindo, em 1940, graças ao empenho e a boa vontade de Sud Mennucci, educador e diretor da Imprensa Oficial do Estado, trazendo estampado, logo após o editorial explicativo das circunstâncias que fizeram com que a *Educação*, durante longo tempo, não pudesse ser editada, uma conclamação, escrita pelo próprio Vargas e dirigida aos professores. Para muitos, a partir daquele momento, a *Revista Educação* transformara-se, pelo que se pode ver, num eficiente porta-voz do Estado.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Maria Helena C.. *O novo e o nacional em revista: a revista do ensino do Rio Grande do Sul*. São Paulo: FEUSP, 1994.

BUENO, Bueno; CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira & Souza; CORTEZ, Maria Cecília Christiano de.. *Docência, memória e gê-*

nero: estudos alternativos para formação de professores. *Revista Psicologia USP*. São Paulo: 1993.

BUFFA, Ester. *Ideologia em conflitos: escola pública x escola privada*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

CAMARGO, Marilena Ap. J. G. & VIDAL, Diana G. A imprensa periódica especializada em educação e a pesquisa histórica: estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a RDEP. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília: INEP, 1993.

CARVALHO, Marta M. C. *A escola e a república*. São Paulo, Brasília, Col. Tudo é História, 1989.

CASPARD, Pierre. L'apresse d'éducation et d'enseignement du XVIII^e Siècle a 1940 – A proposta d'un repertoire. Paris, Institut National de Recherche Pédagogique. *Travaux de Didactique du FIE*, 1988.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo*. São Paulo: FEUSP, 1989.

CHAUÍ, Marilena. *Ideologia e Educação. Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1980.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa (Trad. Guacyra Lopes Louro). *Teoria e Educação*. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

LIMONGI, Fernando P. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1987.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.

NÓVOA, Antônio. *A imprensa de Educação e ensino – repertório analítico – século XIX e XX*, Coleção Memórias da Educação. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993.

OLIVEIRA, José Feliciano. *O ensino em São Paulo: algumas reminiscências*. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1932.

VAIDERGORN, José. *As moedas falsas: educação moral e cívica*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 1987.